

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA FAZENDA

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

2ª CAMARA - Res. 87/2001

SESSÃO DE 1 / 1 2000

PROCESSO DE RECURSO Nº 00269/97

A. I. Nº 1/0349133/96

RECORRENTE. Casa do Relojoeiro Ltda

RECORRIDO: Célula de Julgamento de 1ª Instância

RELATOR: Francisco das Chagas Albuquerque

EMENTA

ICMS. OMISSÃO DE COMPRAS. Fiscalização específica em exercício fechado referente ao período de 01.01.94 à 31.12.94. Levantamento de estoque. Método correto para apurar a aquisição e vendas de mercadorias sem documentação fiscal. Restou provado a acusação fiscal relativa a compras de mercadorias sem a competente documentação. PROCEDENTE Decisão UNANIME.

RELATÓRIO:

Prende-se o presente processo ao auto de Infração de nº 349133/96, em razão de Omissão de compras no período de 01 de janeiro de 94 à 31.12.94 no montante de R\$.42.250,65.

Defesa tempestiva

Julgamento em Instância Singular de PROCEDENCIA

Recurso voluntário

Parecer da Assessoria Tributária Doutra Procuradoria do Estado ratificando sentença prolatada em 1ª Instância, devidamente adotado pela Doutra Procuradoria do Estado

É O RELATÓRIO

VOTO DO RELATOR

Depois do exame dos autos, verificamos, que o Auto de infração em questão é derivado de levantamento específico de mercadorias, em exercício fechado compreendendo o período de 01.01.94 á 31.12.94.

Todas as planilhas exigidas neste tipo de fiscalização foram devidamente preenchidas de forma correta por ocasião da fiscalização.

Desta maneira, ficou evidenciado a omissão deve compras comprovado através do levantamento retro-mencionado, caracterizando-se assim desrespeito ao disciplinado no art. 113 do Dec. 21219/91.

Isto posto, somos, pela manutenção da sentença **CONDENATÓRIA**-prolatada na 1ª Instância, consubstanciado ainda, no parecer da Douta Procuradoria do Estado.

É O VOTO

DECISÃO:

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente Casa dos Relojeiros Ltda.

e recorrido Célula de Julgamento de 1ª Instancia.

RESOLVEM os membros da 2ª Camara do Conselho de Recursos Tributários, pôr UNANIMIDADE de votos conhecer do recurso VOLUNTÁRIO negar-lhe provimento para fim de confirmar a decisão recorrida, nos termos do relator e da Douta Procuradoria do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA ...2ª..... CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS em Fortaleza, 5/2 2001

PRESIDENTE

Dr. Nabor Maira Barbosa

CONSELHEIRO RELATOR

Dr. Francisco das Chagas A. Albuquerque

Eliane Maria de Sousa Matias
CONSELHEIRO

Dr. Eliane Maria de Sousa Matias

Francisco José de Oliveira Silva
CONSELHEIRO

Dr. Francisco José de Oliveira Silva

José Mirtônio Colares de Melo
CONSELHEIRO

Dr. José Mirtônio Colares de Melo

José Maria Vieira Mota
CONSELHEIRO

Dr. José Maria Vieira Mota

Fernando Ailton Lopes Barrocas
CONSELHEIRO

Dr. Fernando Ailton Lopes Barrocas

Antônio Luiz do Nascimento Neto
CONSELHEIRO

Dr. Antônio Luiz do Nascimento Neto

Wlândia Maria Parente Aguiar
CONSELHEIRO

Dr. Wlândia Maria Parente Aguiar

FOMOS PRESENTES:

Ubiratan Ferreira Andrade
Dr. Ubiratan Ferreira Andrade

Procurador do Estado